



CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA-RJ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2020

CADERNO DE PROVA
QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA

CONSULTOR JURÍDICO

VESPERTINO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno de prova contém **40 (quarenta) questões objetivas e 1 (uma) questão discursiva (Peça Processual)**, dispostas da seguinte forma:
 - a) De 01 a 10 – Língua Portuguesa;
 - b) De 11 a 15 – Noções de Informática;
 - c) De 16 a 40 – Conhecimentos Específicos;
 - d) Questão Discursiva (Peça Processual).
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões do seu Caderno de Prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) opções de resposta. Apenas uma opção responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **4 (quatro) horas**.
5. Reserve os **30 (trinta) minutos finais** para marcar o seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Prova não serão considerados na avaliação.
6. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue este caderno de provas, o cartão de respostas e as folhas de texto definitivo da prova discursiva.
7. O candidato poderá retirar-se do local da aplicação, levando consigo o caderno de provas, **somente** a partir dos últimos **60 (sessenta) minutos** do tempo destinado à realização do Concurso Público.



Língua Portuguesa

A pobreza impacta o cérebro, que impacta a linguagem, que impacta a leitura

Não é nenhuma surpresa constatar que a pobreza impacta o desempenho escolar das crianças. Inúmeros trabalhos têm comprovado essa relação, a começar pelas obras do famoso e visionário pensador soviético do século passado Lev Vygotsky (1896-1934). A questão é conhecer os mecanismos que medeiam essa influência do ambiente sobre a educação. Os aspectos socioeconômicos são considerados fatores determinantes distais. É necessário conhecer os fatores proximais, para que o enfrentamento do problema seja mais dirigido: não apenas para superar a pobreza, obra de gerações, mas também para mitigar seus efeitos imediatos, no curto prazo, beneficiando as gerações atuais que não podem esperar.

Nesse sentido, chamou-me a atenção o trabalho recém divulgado de pesquisadores norte-americanos da Universidade Columbia, que buscaram esclarecer os fatores mediadores da influência do nível socioeconômico das famílias sobre o desempenho escolar de suas crianças.

A hipótese que orientou o trabalho foi de que o nível socioeconômico determina a oferta de estímulos linguísticos no âmbito da família, que, por sua vez, influencia a plasticidade cerebral das suas crianças, e, por meio dela, o desempenho linguístico. Por consequência, a aprendizagem da leitura. Uma cadeia de fatores influentes uns sobre os outros, impactando ao final o desempenho escolar das crianças.

Os pesquisadores selecionaram crianças entre 5 e 9 anos de famílias de Nova York com diferentes níveis de renda familiar, e colocaram na roupa das crianças — com autorização das famílias, é claro — um minigravador capaz de registrar até 16 horas das conversas em casa. Gravaram em finais de semana, para avaliar por meio de um programa especialmente concebido para isso, a oferta linguística doméstica. Tratava-se de saber quanto os pais conversavam com as crianças, e, especialmente, quanto as crianças respondiam aos pais.

Além disso, as crianças foram ao laboratório para a aquisição de imagens de ressonância magnética de seus cérebros, com a finalidade de avaliar a estrutura das regiões relevantes para a linguagem e a leitura. Por fim, vários testes específicos foram aplicados para avaliar as habilidades de linguagem e de leitura dessas crianças.

(...)

O espanto com essa situação absurda me levou a investigar o quadro atual, após a Covid-19. Preparem-se. A Unesco disponibiliza em seu site um mapa interativo de atualização diária sobre a quarentena que atingiu mais da metade da população escolar em todo o mundo. Ou seja: a maior parte da parcela que frequentava a escola no final de 2019 agora está em casa. Número total de 3 de abril: 1 bilhão e 600 milhões estudantes. Número de 22 de junho: 1 bilhão e 90 milhões de estudantes parados. Atenção: números computados sobre os alunos matriculados, representando quase 70% do total! A eles se somam os 258 milhões sem escola, de antes da pandemia. O fechamento das escolas em nível nacional foi adotado em 144 países. Em outros, as escolas fecharam apenas em algumas unidades regionais. O mapa atualiza a situação do Brasil: em 22 de junho, quase 53 milhões de estudantes sem aulas.

Obviamente, estamos falando de médias, que geralmente

escondem situações ainda mais pavorosas, se considerarmos os altos níveis de pobreza e desigualdade em muitos países. A África subsaariana, por exemplo, respondia por um terço dos números totais de crianças sem escola em todo o mundo em 2019, sendo a maioria composta de meninas. Outro terço vinha da Ásia meridional. A América Latina tinha “melhor” desempenho, comparada com essas regiões: 10% das crianças do mundo fora da escola.

A desigualdade social que assola os países — quase todos eles — pôde ser captada pelos dados da Unesco de 2019: 32% de crianças e jovens fora da escola nos países de baixa renda, e outros 30% nos países de renda média, contra apenas 3,5% nos países desenvolvidos.

Um dos grandes desafios após a pandemia já não será mais alcançar o Objetivo 4 da Agenda 2030. Será garantir a volta à escola dos alunos mais pobres, aqueles cujas famílias perderam emprego e renda com a crise econômica que chegou com a Covid-19. Haverá a tendência, é natural, de que muitos jovens precisem trabalhar para ajudar a família, e fiquem fora da escola. Os números da Unesco de 2019 crescerão dramaticamente em 2021. E o problema passa a ser conseguir que retornem à escola.

Pobres crianças pobres.

(Roberto Lent – <http://innt.org.br/neurociencia-e-educacao-sao-temas-de-artigos-de-roberto-lent-publicados->)

Questão 01

“A pobreza impacta o cérebro, que impacta a linguagem, que impacta a leitura” – o título do artigo possibilita estabelecermos uma circularidade coesiva com o seguinte fragmento do texto:

- (A) “A questão é conhecer os mecanismos que medeiam essa influência do ambiente sobre a educação.” (L. 5-6)
- (B) “Pobres crianças pobres.” (L. 80)
- (C) “O fechamento das escolas em nível nacional foi adotado em 144 países.” (L. 53-54)
- (D) “A desigualdade social que assola os países — quase todos eles — pôde ser captada pelos dados da Unesco de 2019...” (L. 66-67)
- (E) “Por fim, vários testes específicos foram aplicados para avaliar as habilidades de linguagem e de leitura dessas crianças.” (L. 38-40)

Questão 02

Em algumas passagens do artigo de opinião, há a presença do travessão, pontuação específica para determinadas estruturas. No caso da seguinte passagem: “Os pesquisadores selecionaram crianças entre 5 e 9 anos de famílias de Nova York com diferentes níveis de renda familiar, e colocaram na roupa das crianças — com autorização das famílias, é claro — um minigravador capaz de registrar até 16 horas das conversas em casa.” (L. 26-30), os travessões

- (A) foram usados para indicar a mudança de interlocutor na transcrição de um diálogo.
- (B) foram usados para inserir um discurso direto.
- (C) foram usados para acrescentar uma expressão relevante ao período.
- (D) foram usados para substituir ideias no período.
- (E) foram usados para substituir os dois-pontos no período.

Questão 03

Analise o fragmento de texto a seguir.

“Os números da Unesco de 2019 crescerão dramaticamente em 2021. E o problema passa a ser conseguir que retornem à escola.” (L. 77-79)

A utilização do acento grave (crase) no trecho destacado é recomendada porque

- (A) houve a fusão do artigo A – regência do verbo retornar – com o artigo feminino do substantivo “escola”.
- (B) houve a fusão da preposição A – regência do verbo retornar – com o complemento nominal “à escola”.
- (C) houve a predominância do artigo A nas duas estruturas.
- (D) houve a predominância da preposição A – pedida pelo verbo e pelo substantivo “escola”.
- (E) houve a fusão da preposição A – regência do verbo retornar – com o artigo feminino do substantivo “escola”.

Questão 04

Sobre o texto, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A oração destacada em: “A questão é conhecer os mecanismos que medeiam essa influência do ambiente sobre a educação.” (L. 5-6) funciona sintaticamente como uma subordinada substantiva, exercendo o papel sintático de aposto.
- () A oração destacada em: “Gravaram em finais de semana, para avaliar por meio de um programa especialmente concebido para isso, a oferta linguística doméstica.” (L. 30-32) encontra-se subordinada à principal atribuindo-lhe um valor adverbial de finalidade.
- () A oração destacada em: “Obviamente, estamos falando de médias, que geralmente escondem situações ainda mais pavorosas, se considerarmos os altos níveis de pobreza e desigualdade em muitos países.” (L. 57-59) deve ser classificada como subordinada adjetiva explicativa porque exerce a função sintática de adjunto adnominal em relação a um termo da oração principal.
- () A oração subordinada destacada em: “É necessário conhecer os fatores proximais, para que o enfrentamento do problema seja mais dirigido” (L. 8-10) assume um papel substantivo, pois exerce a função sintática de objeto direto em relação à principal.
- () A oração destacada em: “Haverá a tendência, é natural, de que muitos jovens precisem trabalhar para ajudar a família, e fiquem fora da escola.” (L. 75-77) deve ser classificada como coordenada aditiva por imprimir um valor de adição ao período a que pertence.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V, V, F e F.
- (B) V, V, F, F e V.
- (C) F, V, V, F e V.
- (D) V, V, F, F e F.
- (E) F, V, F, V e V.

Questão 05

Sabe-se que um artigo de opinião é um gênero textual que parte da observância de fatos cotidianos para enriquecê-los com reflexões predominantemente de caráter social.

Nesse sentido, e a partir da situação-problema presente no artigo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A utilização da primeira pessoa do singular confere uma abordagem temática evidentemente subjetiva e apelativa em muitas passagens do artigo, como se percebe em: “O espanto com essa situação absurda me levou a investigar o quadro atual, após a Covid-19. Preparem-se.” (L. 42-43)
- II. O argumento a partir de dados estatísticos, como ocorre em: “O fechamento das escolas em nível nacional foi adotado em 144 países. Em outros, as escolas fecharam apenas em algumas unidades regionais. O mapa atualiza a situação do Brasil: em 22 de junho, quase 53 milhões de estudantes sem aulas.” (L. 53-56) corrobora a gravidade das situações articuladas sobre o tema.
- III. A defesa do ponto de vista do autor em: “Um dos grandes desafios após a pandemia já não será mais alcançar o Objetivo 4 da Agenda 2030. Será garantir a volta à escola dos alunos mais pobres, aqueles cujas famílias perderam emprego e renda com a crise econômica que chegou com a Covid-19.” (L. 71-75) parte de um fato evidentemente comprovado para chegar a uma conclusão pertinente sobre o tema.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 06

Na passagem: “A questão é conhecer os mecanismos que medeiam essa influência do ambiente sobre a educação. Os aspectos socioeconômicos são considerados fatores determinantes distais.” (L. 5-8)

A forma verbal destacada no fragmento do texto sinaliza

- (A) que o verbo mediar se conjuga, nas formas rizotônicas, como o verbo incendiar.
- (B) que o verbo mediar se conjuga, nas formas rizotônicas, como o verbo premiar.
- (C) que o verbo mediar se conjuga, nas formas rizotônicas, como o verbo balancear.
- (D) que o verbo mediar se conjuga, nas formas rizotônicas, como o verbo sediar.
- (E) que o verbo mediar se conjuga, nas formas rizotônicas, como o verbo financiar.

Questão 07

Observe a charge do cartunista Laerte.



(<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fmidianinja.>)

A estrutura das vozes verbais sugere relevância ou ênfase a determinados termos da oração. No caso da primeira oração, a relevância está no interlocutor que é sujeito paciente da ação verbal.

Assinale a opção em que o termo *ignorantes* seja atuante e relevante no contexto apresentado.

- (A) Cerca-se de ignorantes. Saia desse livro com as mãos para cima!
- (B) Ignorantes cercam você. Saia desse livro com as mãos para cima!
- (C) Cerca aos ignorantes. Saia desse livro com as mãos para cima!
- (D) Você está cercado ignorantes. Saia desse livro com as mãos para cima!
- (E) Cerco os ignorantes. Saia desse livro com as mãos para cima!

Questão 08

“Saia desse livro com as mãos para cima!”

Transpondo-se a forma verbal imperativa para a 2ª pessoa do discurso, no singular, a forma correta é:

- (A) Sai
- (B) Saias
- (C) Saíeis
- (D) Saí
- (E) Sairdes

Questão 09

Leia a frase pronunciada pelo ator Chadwick Boseman no filme “Pantera negra.”



Em tempos de crise, os sábios constroem pontes, enquanto os tolos constroem muros.

(www.pensador.com/frase/MjUwMTM5Mw/)

Sabendo-se que os pressupostos e subentendidos são informações implícitas em um texto, não expressas formalmente, apenas sugeridas por marcas linguísticas ou pelo contexto, analise as afirmações a seguir.

- I. A pressuposição está na ideia de que, em tempo de harmonia e paz, os sábios e os tolos não são construtivos para a sociedade. E o que está subentendido é que só parecem para atuar na sociedade no momento oportuno.
- II. A pressuposição está na ideia de que os sábios e os tolos são proativos quando é necessário. E o que está subentendido é que os tolos, visto que são tolos, sabotam a sociedade, promovendo problemas.
- III. A pressuposição está na ideia de que, em tempos de crise, os sábios tentam transformar problemas em soluções; enquanto os tolos patrocinam mais problemas. E o que está subentendido é que, em uma sociedade, há muitas pessoas despreparadas para empreender e outras preparadas para conviver.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 10

Constata-se que o verbo SER concorda com seu predicativo em:

- (A) Era uma vez alguns sábios e muitos tolos na sociedade.
- (B) A maioria dos muros é dos tolos.
- (C) Todos somos um pouco sábios e um pouco tolos.
- (D) Cerca de 90% das pontes é dos sábios.
- (E) Tudo são conjecturas sobre pontes e muros.

Noções de Informática

Questão 11

O sistema de processamento de dados da Câmara Municipal de Mangaratiba opera com base nas premissas listadas a seguir.

- I. De forma análoga ao sistema de cartão de crédito, as informações são processadas e as transações alimentam a base de dados no momento em que ocorrem.
- II. De forma semelhante aos sistemas de reserva de passagens aéreas e de GPS, o dado é processado no momento em que é informado, onde o tempo de resposta é pré-requisito básico a ser atendido, as informações são processadas no momento em que são registradas, gerando um novo processamento subsequente.

Nessas condições, a modalidade de processamento desse sistema é:

- (A) *online e batch.* (B) *online e real time.*
 (C) *online e time sharing.* (D) *offline e real time.*
 (E) *offline e batch.*

Questão 12

Nos sistemas operacionais Windows 8 e 10 BR, entre os recursos que integram as ferramentas de configuração do Windows, utilizadas para fazer alterações em quase todos os aspectos do sistema, um componente do Windows possibilita a visualização e a alteração de diversas configurações do sistema operacional, consistindo de um conjunto de opções que incluem - desde possibilitar a instalação e a remoção de programas e de *hardware* a gerenciar as contas do usuário, alterar opções de acessibilidade e de acesso às configurações de rede, inclusive dos parâmetros de áudio e vídeo.






Esse recurso é conhecido por

- (A) Windows Update.
 (B) Gerenciador de Dispositivos.
 (C) Caixa de Ferramentas.
 (D) Configurações do Sistema.
 (E) Painel de Controle.

Questão 13


Um texto foi digitado no editor *Writer* da *suíte* LibreOffice 7.0.0.3, em português, inicialmente com alinhamento à esquerda. Posteriormente, para aplicar alinhamento centralizado, todo o texto deve ser selecionado e, na sequência, um ícone deve ser acionado por meio do ponteiro do *mouse* ou, de forma alternativa, um atalho de teclado deve ser executado.

O ícone e o atalho de teclado são, respectivamente,

- (A)  e Ctrl + C
- (B)  e Ctrl + E
- (C)  e AltGr + C
- (D)  e Ctrl + E
- (E)  e Ctrl + C

Questão 14

A planilha da figura abaixo foi criada no Excel 2019 BR.

	A	B	C	D
1	 Câmara Municipal Mangaratiba - Costa Verde - RJ			
2				
3				
4				
5				
6	7	3	9	1
7				
8			MÉDIA =	5
9				
10			MAIOR =	9

Nessa planilha, foram executados os seguintes procedimentos:

- I. Em D8, foi inserida uma expressão que determina a média aritmética entre todos os números mostrados nas células A6, B6, C6 e D6.
- II. Em D8, foi inserida uma expressão para determinar o maior número dentre todos nas células A6, B6, C6 e D6, podendo ser utilizadas as funções MAIOR e MÁXIMO.






As expressões inseridas, em D8 e em D10, neste caso usando MAIOR / MÁXIMO são, respectivamente

- (A) =MÉDIA(A6:D6) e =MAIOR(A6:D6;1) / =MÁXIMO(A6:D6)
 (B) =MED(A6:D6) e =MAIOR{A6:D6;1} / =MÁXIMO(A6:D6)
 (C) =MÉDIA(A6:D6) e =MAIOR(A6:D6) / =MÁXIMO(A6:D6)
 (D) =MED(A6:D6) e =MAIOR(A6:D6;1) / =MÁXIMO(A6:D6)
 (E) =MÉDIA(A6:D6) e =MAIOR(A6:D6) / =MÁXIMO(A6:D6;1)

Questão 15

Um funcionário de nível superior da Câmara Municipal de Mangaratiba precisa conectar uma impressora a um microcomputador e, para isso, precisa usar um cabo com dois conectores USB, dos tipos A e B, um em cada extremidade.

Assinale a opção que indica esses conectores.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

Conhecimentos Específicos

Questão 16

A respeito das imunidades parlamentares, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A Constituição da República afirma que os parlamentares, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Essa imunidade pertence aos Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Distritais. Os Vereadores não possuem essa garantia, na letra da lei, mas os princípios extensíveis, de maneira geral, são normas constitucionais, razão pela qual o vereador é alcançado pelas imunidades material e formal, desde que suas condutas sejam praticadas no desempenho do mandato ou em razão dele.
- () A imunidade procura defender a liberdade do parlamentar apenas e tão somente no tempo de duração do exercício de suas funções.
- () As manifestações - fora do recinto do Congresso ou Parlamento - só estarão protegidas, caso mantiverem a conexão com a atividade parlamentar. E, dentro do Congresso, vige a presunção absoluta de pertinência existente entre a manifestação e o exercício da atividade parlamentar.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e F.
- (E) V, F e F.

Questão 17

No que se refere ao processo legislativo brasileiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As emendas constitucionais não podem prejudicar a federação, o voto, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais, sendo o caminho para eventual necessidade de modificação das cláusulas pétreas.
- (B) As Leis delegadas, exclusivas do Presidente da República, só são possíveis com a concessão do Congresso, que delega seus poderes de legislação. Para promulgá-las, o Presidente primeiro envia uma solicitação ao Congresso.
- (C) Leis ordinárias são as normas jurídicas com as regras mais gerais e abstratas; leis complementares prestam-se a reforçar a matéria constitucional; compreendem, pois, complemento à Constituição.
- (D) A medida provisória é recurso exclusivo do Presidente. Se não apreciadas após 45 dias de sua instauração, trancam todas as pautas da Casa em que se encontram. Se uma MP for aprovada com emendas, o Presidente pode vetá-la parcial ou integralmente, fazendo-a retornar ao Congresso para reapreciação.
- (E) A Constituição brasileira é um documento rígido e emendas podem ser propostas pelo Presidente da República, por metade das Assembleias Legislativas do país ou por, no mínimo, um terço dos membros de qualquer Casa do Congresso.

Questão 18

Quanto às competências dos municípios, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A competência suplementar dos municípios permite que eles legislem sobre qualquer matéria e em qualquer caso, não podendo apenas contrariar a legislação estadual e municipal.
- () A Constituição da República conferiu aos municípios a chamada competência suplementar, para que o legislador municipal complemente a legislação federal e a estadual, ajustando a sua execução às características locais.
- () As competências legislativas comuns estão dispostas na Constituição da República, e compete a todos os entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) exercê-las. São classificadas como uma modalidade de competência concorrente, objetivando a cooperação entre os entes federativos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 19

Quanto à separação de Poderes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Constituição brasileira reparte o exercício do poder do Estado em dois planos distintos. No plano horizontal, define como órgãos ou Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. No plano vertical, proclama a autonomia das unidades da Federação, distribuindo o exercício do poder político entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos limites que estabelece.
- II. A separação de poderes traduz um princípio de organização política, uma fórmula necessariamente contingente e historicamente condicionada de ordenar e enumerar os órgãos (ou sistema de órgãos) mediante os quais o Estado atua como pessoa jurídica.
- III. A distribuição de funções entre órgãos constitucionais, segundo o princípio da separação de poderes, tem um claro sentido de mera especialização funcional. Esse recurso permite definir algumas atividades do órgão como típicas ou normais; outras como atípicas ou extraordinárias.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 20

Quanto às Fundações Públicas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Fundações Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica conferida por lei específica, com autonomia política e financeira, com fins lucrativos, cujo patrimônio deverá estar destinado a uma finalidade social. Sua área de atuação será irrestrita. Nessa classificação, encontram-se aquelas que buscam o benefício coletivo, tais como: educação, saúde, esporte, trabalho, investimento no mercado financeiro e outras.
- () As fundações de direito público usufruem de privilégios próprios, tais como: procedimento especial de execução, impenhorabilidade de seus bens, juízo privativo, prazos processuais estendidos, duplo grau de jurisdição, imunidade tributária quanto aos impostos referentes ao patrimônio, renda ou serviços. Acrescentem-se ainda a presunção de veracidade, a imperatividade e a executoriedade de seus atos, além de outras prerrogativas previstas em leis específicas de cada entidade.
- () sobre a natureza da personalidade jurídica das fundações públicas, existem três correntes: 1 - As fundações serão sempre de direito privado; 2 - todas as fundações públicas, depois do advento da Constituição de 1988, seriam pessoas jurídicas de direito público; 3 - defende a possibilidade de tais entidades serem constituídas com personalidade jurídica de direito público ou privada, a depender do ente federado matriz. A corrente mais dominante é a terceira, apesar de não se tratar de tema pacificado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V. (B) V, F e F.
- (C) F, V e V. (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 21

Quanto à centralização e à descentralização administrativa, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O hierarca tem, perante seus subordinados, poderes de comando, fiscalização, revisão, punição, decisão sobre controvérsias de competência, delegação ou avocação de competências, os quais exercita nos termos da lei, sendo certo que, quando há a descentralização do poder, o vínculo hierárquico permanece, uma vez que os poderes do hierarca não sucumbem à descentralização, posto que permanecem vinculados ao cargo.
- (B) Na descentralização, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade, como: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) A desconcentração compreende a distribuição interna de plexos de competências decisórias, agrupadas em unidades individualizadas, sendo as atribuições repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.
- (D) Hierarquia compreende o vínculo de autoridade, que une órgãos e agentes, através de escalões sucessivos, em uma relação de autoridade de superior a inferior, de hierarca a subalterno.
- (E) Centralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas por uma única pessoa jurídica governamental. Compreende, por exemplo, atribuições exercidas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 22

Quanto aos deveres e às proibições dos servidores públicos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O agente público, uma vez inserido na Administração Pública, não está adstrito a outros deveres, uma vez que a sua capacidade de desempenho já foi medida no momento da sua admissão; e o progresso na carreira estará vinculado ao seu desejo de se apresentar para cumprir outros papéis.
- () O poder administrativo compreende prerrogativa especial de direito público outorgado aos agentes estatais. Cada agente tem a seu cargo a execução de certas funções, cujos poderes são conferidos por meio de lei específica; somente poderá ser detentor da respectiva atribuição aquele para o qual lhe for delegada a função administrativa.
- () A eficiência do agente público não depende apenas de sua atividade, mas também de qualificação que se encaixe à função exercida em seu cargo. À Administração Pública se impõe o rigor para o recrutamento de seus servidores que devem possuir boas qualificações e singulares méritos, cumprindo-se, assim, o princípio da eficiência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 23

Sobre a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, bastará apenas que conste da documentação respectiva a indicação da empresa responsável pelo consórcio.
- (B) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, ao julgamento por critérios objetivos e à vinculação ao instrumento convocatório.
- (C) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- (D) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
- (E) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Questão 24

A respeito da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na contratação dos serviços de publicidade, faculta-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação.
- II. A agência contratada poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem dos seus clientes, independente de autorização, uma vez que a contratação pressupõe que a agência está autorizada a assim proceder.
- III. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 25

A respeito da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, associe as colunas a seguir.

- | | |
|--------------------|--|
| | () Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. |
| 1. Disponibilidade | () Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados. |
| 2. Integridade | |
| 3. Primariedade | () Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino. |

Assinale a opção que indica a associação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 2 – 3
- (B) 2 – 3 – 1
- (C) 2 – 1 – 3
- (D) 3 – 1 – 2
- (E) 3 – 2 – 1

Questão 26

De acordo com a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos estão listados nas opções a seguir, **a exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O registro civil de pessoas naturais.
- (B) O registro de veículo automotor.
- (C) O registro civil de pessoas jurídicas.
- (D) O registro de títulos e documentos.
- (E) O registro de imóveis.

Questão 27

Com relação ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Os crimes praticados por prefeitos são julgados pelo Poder Judiciário. As infrações político-administrativas praticadas pelo chefe do Executivo e as de responsabilidade de vereadores sujeitam-se ao exame e julgamento das Câmaras Municipais.
- () O presidente da Câmara poderá afastar de suas funções o vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do substituído.
- () Extingue-se o mandato do vereador e assim será declarado pelo prefeito, dentre outros motivos, quando deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 28

Quanto ao tema “pagamento indevido e enriquecimento sem causa”, analise as afirmativas a seguir.

- I. O efeito do enriquecimento sem causa difere do efeito de nulidade ou de resolução do negócio jurídico. A nulidade implica o desfazimento *ex tunc* das relações jurídicas derivadas.
- II. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.
- III. Costuma-se estudar o enriquecimento sem causa juntamente com o pagamento indevido, pois este é uma modalidade de enriquecimento. O novo Código disciplina o pagamento indevido e o enriquecimento sem causa entre os atos obrigacionais unilaterais, após disciplinar a promessa de recompensa e a gestão de negócios. Desse modo, o novo diploma civil reconhece que ambos os fenômenos são fontes autônomas e unilaterais de obrigações.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 29

Quanto ao procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do CPC, a tutela antecipada antecedente deve ser requerida quando já houver perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo desde o momento inicial, sem a necessidade de demonstração de titularidade do direito da parte.
- II. Uma vez deferida pelo juiz a antecipação de tutela, existe um prazo de 15 dias, improrrogável, para aditar a petição. Nesse prazo, deve-se complementar a argumentação, juntar mais documentos que sejam pertinentes e fazer o pedido da tutela final.
- III. Depois que a petição para tutela antecipada antecedente é deferida pelo juiz, compete a parte contrária a interposição com o recurso cabível, o agravo de instrumento. Se não há recurso, entende-se que a outra parte concorda com o deferimento da tutela provisória, que não poderá mais ser questionada e torna-se estável, conservando seus efeitos práticos, mesmo sem o julgamento do pedido de tutela final pelo juiz.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 30

De acordo com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- (B) É assegurado ao idoso enfermo o atendimento ambulatorial pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária.
- (C) As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda.
- (D) A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.
- (E) O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

Questão 31

No que se refere à execução contra a Fazenda Pública, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O modo de pagamento de quantia certa pela Fazenda Pública é o sistema de precatórios, mesmo quando o valor for considerado, juridicamente, pequeno.
- () Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 10 (dez) dias.
- () Nos casos em que a Fazenda Pública não opuser embargos à execução ou estes forem rejeitados por decisão transitada em julgado, o juiz deverá determinar o bloqueio de valores, até a efetiva satisfação do crédito.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 32

A respeito do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A transação é modo excepcional de composição do interesse público, em regra indisponível, que exige expressa autorização legal.
- (B) Os TACs são verdadeiros contratos entre a parte por lei e a parte ré, fora do processo, extrajudicialmente, dispensando homologação judicial para ter força executiva em caso de descumprimento.
- (C) O TAC pode ser tomado por qualquer órgão público legitimado à ação civil pública, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados-membros, os Municípios, o Distrito Federal, as autarquias e as fundações públicas.
- (D) O TAC é meio adequado para dar solução já definida e regulada de forma exauriente pela normatividade positiva, por força da celeridade que promove na solução do conflito, não se prestando, entretanto, como salvaguarda ao infrator da lei às sanções por ela cominadas.
- (E) No âmbito dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, os TACs são documentos assinados por partes que se comprometem, perante o procurador da República ou o Promotor de Justiça.

Questão 33

No que se refere aos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Crimes funcionais próprios são aqueles cuja ausência da qualidade de funcionário público torna o fato atípico, por exemplo, prevaricação.
- (B) O funcionário público deve destinar a verba de acordo com o que está previsto na lei. É uma legalidade estrita. Se for diversamente ao previsto, configurar-se-á crime de corrupção ativa.
- (C) Nos crimes funcionais impróprios ou mistos, a ausência dessa qualidade faz com que o fato seja enquadrado em outro tipo penal, como, por exemplo, a concussão.
- (D) Nos crimes funcionais, quando o sujeito ativo respectivo não é funcionário público, comete extorsão.
- (E) Corrupção passiva ocorre quando o funcionário público, no curso do exercício da função, solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida.

Questão 34

Quanto à classificação das despesas públicas, assinale DO para Despesas Orçamentárias, DC para Despesas Correntes e IN para Investimentos.

- () Dotações para o planejamento e a aquisição de imóveis considerados necessários à realização e à execução de obras, e ainda para os programas especiais de trabalho, para a aquisição de instalações, de equipamentos e de material permanente; além da constituição ou do aumento do capital de empresas outras que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- () São dotações para despesas as quais não corresponda a contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- () Compreendem ao desembolso de recursos que não possuem correspondência com ingressos anteriores, fixados na lei orçamentária e que serão utilizados para pagamento dos gastos públicos.

Assinale a opção que apresenta a correta associação, de cima para baixo.

- (A) IN – DO – DC
- (B) DC – IN – DO
- (C) DO – IN – DC
- (D) DC – DO – IN
- (E) IN – DC – DO

Questão 35

Com relação ao Ministério Público do trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os subprocuradores-gerais do trabalho atuam na terceira e última instância da área trabalhista, como elo entre os Tribunais regionais e o Tribunal Superior do Trabalho. Eles trabalham nos Estados. Possuem autonomia funcional relativa, estando subordinados aos procuradores gerais em cada Estado.
- II. Cabe ao Ministério Público do Trabalho, assim a como todos os outros, promover a ação civil pública para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores, uma vez que atua apenas no âmbito da Justiça do Trabalho.
- III. O Ministério Público do Trabalho pode propor e realizar acordos entre trabalhadores e empregadores, sem envolver a Justiça do Trabalho ou sequer iniciar um processo trabalhista.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 36

Quanto à fidelidade e à infidelidade partidária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A fidelidade partidária é um princípio expressamente adotado na Constituição da República de 1988, em seu art. 17, §1º, que reflete a importância dos Partidos Políticos e da manutenção — ou proteção — de sua ideologia política. Fidelidade partidária não pode, portanto, ser confundida com obediência partidária, ou mera submissão.
- (B) Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito, levando-se em conta que se consideram justa causa para a desfiliação partidária somente a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e a grave discriminação político-pessoal.
- (C) Na Casa Legislativa, o integrante da bancada de partido deve subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidários, na forma do estatuto.
- (D) A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.
- (E) Ninguém é candidato sozinho. Somente através de um partido é possível alcançar um mandato. Desta forma, apesar de eleitores entenderem que votam no candidato, na verdade, concedem representação política ao partido ao qual o candidato está filiado e, por isso, o mandatário de cargo eletivo não pode, depois de eleito, simplesmente abandonar o partido e se filiar a outro, sob pena de praticar infidelidade partidária e de ser punido com a perda de seu mandato.

Questão 37

Quanto aos atos administrativos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) *perfeito, válido e eficaz* – quando, concluído o seu ciclo de formação, encontra-se plenamente ajustado às exigências legais e está disponível para deflagração dos efeitos que lhe são típicos.
- (B) *perfeito, inválido e eficaz* – quando, concluído o seu ciclo de formação, e apesar de não se achar ajustado às exigências legais, encontra-se produzindo os efeitos que lhe seriam inerentes.
- (C) *perfeito, válido e ineficaz* – quando concluído seu ciclo de formação e estando adequado aos requisitos de legitimidade, ainda não se encontra disponível para eclosão de seus efeitos típicos, por depender de um termo inicial ou de uma condição suspensiva por uma autoridade controladora.
- (D) *perfeito, inválido e ineficaz* - quando esgotado seu ciclo de formação, sobre encontrar-se em desconformidade com a ordem jurídica, seus efeitos ainda não podem fluir por se encontrarem na dependência de algum acontecimento previsto como necessário para a produção dos efeitos, quais sejam, condição suspensiva ou termo inicial, ou aprovação ou homologação dependentes de outro órgão.
- (E) *pendente*, quando está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir efeitos, motivo pelo qual pode ser considerado imperfeito, já que não produz efeitos, da mesma forma.

Questão 38

Quanto aos contratos administrativos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A noção de contrato administrativo deriva da ideia de contrato do direito privado, possuindo, pois algumas de suas características gerais, a saber, bilateral, consensual, sinalagmático, presença de igualdade jurídica entre as partes.
- () Contratos administrativos: são contratos firmados pela administração pública sob o regime predominante de Direito Público, derogatório do direito privado para garantir a predominância do interesse da sociedade e o exercício da função social do Estado.
- () A Administração deve manter o equilíbrio econômico/financeiro do contrato. Isto significa que ela tem o dever de realizar alguns pagamentos acessórios para manter esse equilíbrio, como por exemplo, correção monetária, com índices previamente definidos no contrato, reajuste de preços, recomposição de preços, este quando o ajuste de preço não fizer face ao real aumento do preço, ou por situações imprevisíveis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Questão 39

Quanto à função social da propriedade, analise as afirmativas a seguir.

- I. A função social de privação de determinadas faculdades ínsitas ao direito de propriedade pode levar à limitação do uso da propriedade privada como forma de intervenção da Administração Pública no domínio privado.
- II. Por função social da propriedade deve-se entender uma complexa situação jurídica subjetiva, ativa e passiva, que transforma o direito subjetivo de propriedade. A função da propriedade torna-se social, trazendo com isto consequências, como por exemplo o proprietário passa a ser obrigado a exercer determinados direitos elementares do domínio.
- III. A propriedade tende a traduzir uma relação entre sujeito e bem cujo exercício em prol da sociedade apresenta interesse público relevante, traduzindo um direito-meio, e não um direito-fim, não sendo garantia em si mesma, só se justificando como instrumento de viabilização de valores fundamentais, dentre os quais sobressai o da dignidade da pessoa humana.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 40

De acordo com a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Discriminação racial ou étnico-racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (B) É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.
- (C) O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- (D) A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e a suas condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.
- (E) O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Questão Discursiva – Peça Processual

Ação declaratória de nulidade do ato administrativo da Câmara de Vereadores, proposta pelo partido PCIM, contra aprovação de lei de iniciativa do executivo municipal.

- Alega-se que a determinação ofende de morte o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante a alegação de que a referida lei, uma vez aprovada, não apresentou estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, nem compensação de nenhuma espécie.
- Trata-se de renúncia de receita e por isso não pode ser colocada em vigor, sob pena de ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Pede-se a tutela de urgência, para que seja impedida a vigência efetiva da lei, enquanto não for julgado o mérito da causa e postula no principal a nulidade da promulgação do projeto de lei e a caracterização de sua ilegalidade, com o respectivo arquivamento do PL.
- O juiz despachou determinando a citação, postergando a apreciação do pedido liminar.

Na condição de Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Mangaratiba, ELABORE a peça de defesa, com fundamentos jurídicos que sustentem a correção dos atos do Legislativo, notadamente da promulgação da lei. Segue o texto aprovado da lei.

PROJETO DE LEI Nº ____, DE 2020

Dispõe sobre a cobrança de taxa mínima de água no período de isolamento social, no município de Olavo Bilac, do parcelamento da diferença apurada a partir do ano de 2021 e dá outras providências.

Considerando que é dever do Estado garantir e favorecer as condições de dignidade humana,

Considerando que foi decretada a calamidade pública no município pelo Sr. Prefeito Municipal, em face da pandemia da COVID-19,

Considerando que o Departamento de Águas de Olavo Bilac necessita ter a sua arrecadação garantida para manter os serviços prestados à população da cidade,

Considerando que o momento atípico vivenciado por toda a humanidade,

Considerando que o fornecimento de água e esgoto, este nos locais existentes, é serviço essencial, e sua contraprestação é dever do cidadão, que deve ainda fazer o uso consciente do referido recurso,

A Câmara Municipal de Olavo Bilac decreta:

Art. 1º – Fica determinado ao Departamento de Águas de Olavo Bilac a cobrança da tarifa mínima de água e esgoto de todos os imóveis que mantenham instalações respectivas, durante o período de calamidade pública, mais trinta dias.

Art. 2º – Os valores relativos à diferença do efetivo consumo de cada unidade consumidora, excluída a tarifa mínima, que deve ser paga normalmente e no vencimento, serão pagos em 8 (oito) parcelas iguais, mensais e consecutivas, a primeira vencendo doze meses após o fim do estado de calamidade pública, sem juros nem correção de nenhuma espécie.

Parágrafo único – Caso os valores não sejam pagos nos respectivos vencimentos, o total do valor referido no caput sofrerá os acréscimos legais e o atraso levará ao corte do fornecimento.

Art. 3º – Fica o Departamento de Águas de Olavo Bilac, considerando a cobrança do mínimo, autorizado a proceder o corte conforme os critérios atuais, no caso de falta de pagamento da respectiva conta.

001	
002	
003	
004	
005	
006	
007	
008	
009	
010	

011	
012	
013	
014	
015	
016	
017	
018	
019	
020	
021	
022	
023	
024	
025	
026	
027	
028	
029	
030	
031	
032	
033	
034	
035	
036	
037	
038	
039	
040	
041	
042	
043	
044	
045	
046	
047	
048	

RASCUNHO

049	
050	
051	
052	
053	
054	
055	
056	
057	
058	
059	
060	
061	
062	
063	
064	
065	
066	
067	
068	
069	
070	
071	
072	
073	
074	
075	
076	
077	
078	
079	
080	
081	
082	
083	
084	
085	
086	

087	
088	
089	
090	
091	
092	
093	
094	
095	
096	
097	
098	
099	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

